

ATA DA SEXAGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 11-7-2018.

---

Aos onze dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Alvoní Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Dr. Goulart, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Reginaldo Pujol, Rodrigo Maroni e Sofia Cavedon. Constatada a existência de quórum, a Presidenta declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Adeli Sell, Aírto Ferronato, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Thiago, Elizandro Sabino, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, Marcelo Sgarbossa, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Ricardo Gomes, Roberto Robaina, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein. À MESA, foram encaminhados o Projeto de Lei do Legislativo nº 086/18 (Processo nº 0965/18), de autoria de Cassiá Carpes, e o Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei do Legislativo nº 346/17 (Processo nº 3061/17), de autoria de José Freitas. Também, foi apregoado o Ofício nº 041/18, do Presidente, informando que Aldacir Oliboni representaria externamente este Legislativo no Grande Expediente Especial da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul em homenagem ao décimo aniversário da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Brasil, no dia onze de julho do corrente, em Porto Alegre. A seguir, foi votado Requerimento verbal formulado por Fernanda Melchionna, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão, o qual obteve onze votos NÃO, após ser encaminhado à votação por Fernanda Melchionna, Sofia Cavedon, Cláudio Janta, Adeli Sell, Rodrigo Maroni e Prof. Alex Fraga, em votação nominal solicitada por Valter Nagelstein, tendo votado Alvoní Medina, Felipe Camozzato, José Freitas, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulo Brum, Professor Wambert e Ricardo Gomes, votação essa declarada nula pelo Presidente em face da inexistência de quórum deliberativo. Durante a Sessão, Fernanda Melchionna, Sofia Cavedon, Dr. Thiago, João Bosco Vaz, Ricardo Gomes, Moisés Barboza e Cassio Trogildo manifestaram-se acerca de assuntos diversos. Às quinze horas e dezoito minutos, em face da inexistência de quórum, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para sessão extraordinária a ser realizada a seguir. Os trabalhos foram presididos por Mauro Pinheiro, José Freitas, Mônica Leal e Valter Nagelstein e secretariados por José Freitas. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

---

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Senhoras e senhores, nós temos cadeiras vazias, então, vou permitir que as pessoas possam ocupá-las. Eu solicito à segurança da Casa que acompanhe essa entrada para que se faça de forma organizada e

respeitosa. As pessoas que têm senha vão apresentá-la, entrar ao plenário e ocupar as cadeiras.

**VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL):** Presidente, quero, em primeiro lugar, dizer que as pessoas não têm senha porque a portaria parou de fornecê-las. Então, eu peço que a portaria volte a fornecer senha aos servidores que estão lá fora para entrar. No debate com as Lideranças, eu vi que foi feita uma pressão, em cima da senhora, do Líder do Governo e de Vereadores da base, e a senhora já tinha decidido imediatamente para que as cadeiras fossem contempladas. Num segundo momento, vou discutir o restante na tribuna. Ao mesmo tempo, quero deixar o registro, mais uma vez, de que as pessoas não têm senhas porque a portaria parou de fornecê-las; e que não se pode fazer um argumento de que foram reservados 150 lugares para as pessoas que estão a favor do projeto, quando visivelmente quase não há pessoas a favor do projeto.

**VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL) (Requerimento):** Sra. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos para que possamos, imediatamente, passar a Pauta. Após retornaremos a ordem normal.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Respondendo a questão da Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna, já chamei o Diretor-Geral, ele vai providenciar a identificação aqui, na porta do plenário, dessas pessoas.

Em votação o Requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna. (Pausa.) A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autora.

**VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL):** Sra. Presidente, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, eu gostaria, na verdade, de não tratar com naturalidade um dia que não é normal. Não consigo entender como se trata com normalidade que as plateias estejam com lugares vazios – não posso dizer que estão vazias, porque quero respeitar a todos e todas que estão aqui conosco na tarde de hoje –, quando temos muitos servidores lá fora esperando para adentrar. Eu sei que teve um primeiro encaminhamento que garante a presença nas cadeiras, e a Ver.<sup>a</sup> Mônica já fez dizendo que, no segundo momento, nós discutiríamos o preenchimento do plenário. Eu quero começar com o preenchimento do plenário, porque, enquanto eu falo, nós escutamos os gritos dos servidores, desesperados, diante de um ataque brutal à carreira que está se ensejando na tarde de hoje. Não é um dia natural por conta dos servidores que estão fazendo pressão para estar na Casa do Povo. É uma vergonha o servidor ter que lutar para aqui estar na Casa do Povo! Mas não é um dia anormal por conta dos servidores, é um dia anormal porque nós, aqui, estamos assistindo a uma manobra, a um golpe de quinta categoria do Governo para, nos 45 minutos do segundo tempo, inverter a ordem de votação da Câmara de Vereadores, colocando para votar o projeto da previdência complementar e o projeto que altera o regime. É uma vergonha! É uma vergonha a

posição do Governo Marchezan e da maioria dos Líderes, porque o plenário é soberano – o que aconteceu hoje de manhã. Nós estamos vendo uma tentativa clara de, nos últimos dias da votação antes do recesso da Câmara de Vereadores, passarem um rolo compressor, em conluio com um setor empresarial que envergonha a cidade de Porto Alegre, que faz até almoço para fazer *lobby* no conjunto dos Vereadores, dizendo que tem que inverter a ordem, para que o ataque à carreira dos servidores seja antes do projeto do IPTU. A Câmara, numa votação de um mês e meio atrás, decidiu começar com os projetos tributários.

Eu acho, Presidente, que temos que suspender a Sessão, até que se resolva a entrada dos servidores na Câmara de Vereadores, porque é óbvio que essa linha da provocação só pode ajudar o Governo. É lamentável que um Governo, que fez a propaganda da transparência – só propaganda na campanha eleitoral –, tente, de maneira obscura, mudar a ordem de votação da Câmara de Vereadores; faça pressão para que o povo não possa entrar e assistir à votação; decida fazer Sessões Extraordinárias para avançar a madrugada e votar, na calada da noite, de maneira açodada, projetos que atacam frontalmente o Executivo. É inaceitável que nós estejamos vendo o Governo tentar provocar a categoria já na largada, não deixando acompanhar a votação na Câmara de Vereadores, para que digam que os intransigentes são os trabalhadores, que pagam o salário de todos aqui, que pagam os salários dos Vereadores! E não podem acompanhar a votação! Que vergonha é esta?! (Palmas.) Eu tenho a convicção de que a maior parte dos Líderes não vai concordar com o fechamento do plenário, porque quem tem coragem e coerência no que defende, defende na assembleia, defende na tribuna da Câmara de Vereadores e vota com a consciência tranquila. O Governo tentou fazer uma manobra para que os servidores não estivessem em greve no momento da votação, porque eles sabem da força da categoria quando está greve, mas não esperavam a Câmara já lotada uma hora e meia depois da decisão. Essa é a primeira resposta.

Quando se tenta fazer votações a portas fechadas, restringindo a entrada, deixa-se claro que a Casa do Povo está fechada para o seu povo. Estou vendo que o povo está entrando, acho que é um avanço que as pessoas comecem a entrar, e é fundamental que a gente garanta as portas abertas, mas não só as portas abertas, Maroni, a coerência daqueles Parlamentares que se comprometeram a não votar contra o funcionalismo, os 21 que assinaram o documento na greve do ano passado, os que disseram este ano que não votavam contra retirada de direito nenhum! É preciso, no mínimo, começar invertendo a pauta, discutindo o projeto do Ver. José Freitas, para que a gente possa discutir com todos os Vereadores, sobretudo, com a categoria, a necessidade de derrotar a inversão de pauta e o golpe do Marchezan na Câmara de Vereadores.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna, pela oposição.

**VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT):** Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, nós solicitamos a inversão da ordem dos trabalhos para, primeiro, fazer a discussão preliminar de Pauta exatamente para mostrar a incongruência do atropelo que o Prefeito Marchezan faz, lamentavelmente, com o apoio da maioria dos Líderes desta Casa. Está em discussão preliminar de Pauta o projeto que foi priorizado hoje de manhã como o terceiro projeto a ser votado agora nesses dias. O projeto do IPTU sequer passou pela discussão preliminar de Pauta. Esse é o atropelo que o autoritarismo do Prefeito Marchezan impõe à Cidade e a este Legislativo, por cima da vida das pessoas, por cima da cidadania desta Cidade, por cima da construção histórica que esta Cidade fez de democracia participativa direta, de construção histórica da relação deste Parlamento com a cidade de Porto Alegre. E, no momento em que este Parlamento aceita a lógica autoritária do Prefeito Marchezan, ele se rebaixa aos tempos ditatoriais, aos tempos do AI-5, aos tempos da opressão e do fechamento dos parlamentos. Eu vou repetir: o projeto do IPTU está recém na discussão preliminar de Pauta. O projeto de lei que destrói a carreira dos funcionários – que estão sendo impedidos de participar do debate – sequer tem parecer de comissões. É um projeto nefasto, é um projeto desrespeitoso, é um projeto que rompe com o interesse público e é um projeto que remonta a tempos anteriores de 1988, antes da Constituição de 1988. Porque, antes de 1988, o Prefeito, o Governador ou o Presidente nomeavam quem queriam, davam regime para quem queriam. A minha mãe, que foi professora em Veranópolis, porque a minha família não lambia as botas dos generais, nunca teve 40 horas, nunca teve! Eu vou repetir: uma professora primária, Dona Lourdes Cavedon, nunca teve 40 horas porque a delegada de ensino só dava para os filhos de quem votasse na direita, apoiasse a ditadura militar, e não tinha regime de trabalho estendido.

E agora é isso que se quer instaurar em Porto Alegre, Ver. Felipe Camozzato, que me filma. É isso que se quer instaurar: a chefia, o governo vai dar, tirar e botar conforme o seu prazer, a sua inclinação política, o regime de trabalho para os servidores. V. Exa. concorda com isso, Ver. Nedel?

No entanto, esta Câmara rompe com a Constituição de 1988, sequer um processo de debate, de pareceres em comissão, de pareceres com a Cidade, de audiências públicas está sendo garantido neste Parlamento, se submetendo a um Prefeito ditador que não conhece e não reconhece a Constituição Federal, não reconhece a sua limitação de poder e nem o poder que um parlamento tem, que é exatamente para diluir o poder despótico de um único ser. É disso que se trata! É sobre democracia que estamos discutindo, sobre dar solução para a Cidade ser resultado, Presidente Mônica, do diálogo real com as forças vivas desta Cidade. Não vamos concordar com a máxima que o Prefeito Marchezan quer reinaugurar nesta Cidade, de que quem decide a vida da Cidade, a vida dos servidores, a vida dos contribuintes, é a elite econômica, a elite política e a elite empresarial. Isso é um retrocesso, isso é reacionário, isso não tem base constitucional e nós vamos fazer este debate até compreenderem que aqui, ou se rasga a Constituição, ou a gente reconstitui a democracia. E nós temos respaldo legal para isso. Toda a força para a democracia! Fora, Marchezan! Fora o seu autoritarismo!

(Não revisado pela oradora.)

(Manifestações nas galerias.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna.

**VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD):** Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, ninguém é obrigado a fazer acordo, mas, quando faz, tem de cumprir. Em reuniões de Líderes passadas, o Dr. Thiago Duarte propôs... Eu chamo isso que fizeram hoje de golpe. Foi um golpe que fizeram hoje na reunião de Líderes. Um golpe sorrateiro que é feito semanalmente no Congresso Nacional. E aí, hoje em dia, a gente vê deputados com vergonha de usar na lapela o bóton que diz que são deputados federais. O que vimos hoje, o que vimos nesta semana inteira, na política, é o que se chama “operar”. Vimos o Governo operando, o Governo fazendo, sorrateiramente, o que fez. Um Governo valente, um Governo que está convicto da suas coisas, votava os dois outros projetos econômicos. Mas um Governo covarde faz o que está fazendo agora. Covarde, um Governo com medo do povo faz o que está fazendo agora. Aí, mobiliza os Líderes e traz os Líderes aí para votar. Eu quero que o Líder do Governo me responda se ele conhece a Marina Machado Dias, o Maurício Gomes da Cunha, se ele conhece Gilmar Moraes de Lorena, Renata Fantin Arioli, se ele conhece Enízia Rocha Costa Campos e o Christian Wyse de Lemos, que está duas semanas acampado lá naquele salão. O Christian vai até para a Europa com o Prefeito. Se ele conhece Fernanda Cristina Borges, se ele conhece José Natal Araújo de Souza, Marcelo Casado Scipioni, Milton Alberto Ataíde Machado, Rafael Vallandro, Adroaldo Rossetto Fontanella. Esses são CCs dos partidos políticos que estavam hoje na reunião de Líderes e rasgaram o acordo que foi feito. O Thiago propôs um projeto econômico e um projeto de servidores. O Governo com medo não quis, um Governo covarde, um Governo que tem medo do povo. E agora os Vereadores, pode-se dizer, na calada da noite, não aceitaram a proposta do Ver. Ferronato. Nós temos veto nesta Casa para votar. O Governo vem à reunião de Líderes e disse que era urgente votar o projeto dos taxistas. E esta Casa votou. E tem o veto para votar. O Governo faz o que quer com esta Casa! Esta Casa é independente! Isso aqui não é Congresso Nacional em que o Temer vai lá e dá emenda! Aqui se dá CC! Isso é CC! (Mostra documento.) Isso aqui é lista de CCs da Prefeitura – lista de CCs da Prefeitura! – que estão aqui misturados com o servidor! Estão aí misturados e tinham que estar lá trabalhando! Não estão em greve, CC não faz greve! O que é isso?! Aí o Líder botou no seu Twitter, na semana passada, que nós estávamos presentes e não demos quórum. Mais vergonhoso é o que estão fazendo agora, não estão cumprindo acordo! Mais vergonhoso é isso! E a Cidade está vendo, o povo está vendo essa pouca vergonha. Projeto de Vereadores esperando, projetos importantes para a Cidade, projetos que salvam vidas na cidade de Porto Alegre esperando para serem votados.

(Manifestação das galerias.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Ver. Janta, eu asseguro o seu tempo.

**VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD):** Agora o Prefeito diz que tem que tirar direito de servidores da saúde, da segurança, da educação, mas o Prefeito não fala que os partidos têm uma cambada de CCs no Governo, e eu tenho a lista e vou divulgar essa lista! Não falam! O Prefeito que disse que ia diminuir os CCs, que não necessitava de CCs para governar, hoje a Prefeitura tem quase mil CCs. Está loteando o Governo com CCs! Oferecendo CCs nesta Casa para cima e para baixo. Está aí o Secretário da Fazenda, chegou na minha frente em um carro e foi para a sala da Liderança do Governo distribuindo CCs e distribuindo favores, e isso não é a forma republicana de fazer política. A forma republicana de aumentar impostos, essa é a forma de fazer a nova política que o Prefeito esbaforido andava pelas ruas da Cidade. Este Prefeito que tem nojo de pobre, que odeia pobre. Este Prefeito que está fazendo um governo que não respeita a população de Porto Alegre, que não respeita os acordos feitos com esta Casa, um prefeito que não respeita nem as suas prioridades de projetos, que seriam os que ele elencou com sua urgência, que eram os projetos econômicos, que era o projeto do IPTU, que era o projeto dos fundos. Aí usou esta Casa para botar os seus projetos e agora tenta reverter a pauta desta Casa, tenta reverter os projetos, agora não vamos nos entregar para o Prefeito como alguns estão se entregando. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Valter Nagelstein assume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB):** Obrigado, Ver. Cláudio Janta.

(Manifestações nas galerias.)

**PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB):** Senhoras e senhores, peço uma gentileza: o PPCI da Câmara não permite a lotação do plenário maior do que...

(Manifestações nas galerias.)

**PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB):** Terres, peço a tua compreensão. Disse ao Diretor-Geral do Simpa, quero dizer aos senhores, com todo o respeito e toda a consideração: o PPCI da Câmara não permite no plenário lotação maior do que as cadeiras que estão dentro do plenário.

(Manifestações nas galerias.)

**PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB):** Estão garantidas às pessoas que quiserem sentar nas cadeiras aqui, está liberado. Aqueles que estão aqui, por favor, ocupem. Muito obrigado.

O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna.

(Manifestações nas galerias.)

**VEREADOR ADELI SELL (PT):** Pessoal, se não houver silêncio, o Presidente está contando o tempo, eu não consigo falar. O Regimento Interno da Câmara de Vereadores diz o seguinte...

(Manifestações nas galerias.)

**PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB):** Vamos respeitar o Ver. Adeli Sell.

**VEREADOR ADELI SELL (PT):** O Regimento, no seu art. 105, diz o seguinte: “A Ordem do Dia será organizada com a seguinte prioridade: I- proposição com votação iniciada; [nós tínhamos iniciado uma votação na segunda-feira, portanto essa votação tem que continuar]; II- proposição vetada, nos termos do § 6º do art. 77 da Lei Orgânica [hoje temos que votar a matéria dos táxis]; III- proposição com o prazo de apreciação esgotado, nos termos do art. 95 da Lei Orgânica”. Ou seja, a decisão tomada é ilegal! Passou por cima do Regimento da Câmara de Vereadores. Aqui não é preciso grito, não é preciso xingamento, é a letra fria do Regimento. É a força do Regimento que se coloca mais alto do que a voz mais alta no plenário ou neste microfone. O Regimento é o que nos guia, é isso que deve ser seguido na tarde de hoje, por isso que nós estamos aqui para fazer esclarecimentos para mostrar que esta Casa tem um Regimento, esta Cidade tem uma Lei Orgânica do Município, e nós vamos defendê-la em todas as trincheiras, seja daqui, com o microfone aberto, seja na rua, seja no diálogo fraterno com os valorosos servidores públicos que fizeram concurso público, que passaram num concurso, que passaram três anos fazendo estágio – agora são três anos, não dois, apenas –, que não é verdadeiro que têm estabilidade absoluta, não existe isso, todo mundo sabe, então nós temos que esclarecer para a população como funciona o serviço público. Eu disse também ao Sr. Prefeito Municipal, quando ele disse que vai lançar um decreto para controlar as faltas, que ninguém quer falta! Por exemplo, se falta professor é porque não há professores e não porque eles estejam faltando.

Finalmente, eu peço ao Presidente Valter que resolva o problema das cadeiras que ainda estão vazias e que, se possível, coloque um telão na parte externa, onde for possível, porque é dessa maneira fraterna, aberta e com diálogo que nós vamos conseguir fazer as coisas.

Eu defendo o Regimento, aqui está a lei que nos guia. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB):** Obrigado. Ver. Adeli, para sua informação, das senhoras e dos senhores, eu já determinei a abertura do plenarinho, daquele espaço, e as televisões ligadas para o acompanhamento da presente Sessão. As cadeiras que estão vagas aqui, já há orientação para a nossa Guarda, para a segurança de que podem e devem ser preenchidas; caberá às senhoras e aos senhores que estão de pé sentarem nas cadeiras para que possamos verificar quantas, de fato, estão vagas.

Quero dizer, ainda também com relação à manifestação do Ver. Adeli, que não houve o apregoamento do projeto de lei na última Sessão. Concluímos a votação do PL que estava sendo votado; logo em seguida, o Ver. Prof. Alex solicitou a verificação de quórum, e nós procedemos a verificação de quórum. Portanto, o artigo do Regimento que o Ver. Adeli invoca não corresponde, porque não foi iniciada a votação do projeto de lei na última Sessão.

**VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT):** Vereador-Presidente, mas o que está em questão agora é a questão da alteração da ordem dos trabalhos, para fazer primeiro a discussão preliminar de Pauta.

**PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB):** Estou respondendo que não foi apregoadado, na Sessão passada, o projeto de lei. Não foi apregoadado, portanto não se iniciou a votação.

**VEREADOR DR. THIAGO (DEM):** Presidente, o que ele falou foi do art. 105, inc. II: proposição vetada está na frente dos projetos, sejam eles de urgência do Executivo, sejam eles de urgência do Legislativo. Isso é o que está escrito no Regimento.

**PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB):** Ver. Dr. Thiago, todos os projetos em urgência se equivalem. Todos eles trancam a pauta.

**VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT):** Sr. Presidente, com toda tranquilidade, ousou discordar de Vossa Excelência. Estou há 20 anos nesta Casa, e o veto sempre foi prioridade. Eu sugiro a V. Exa., que é um advogado competente, que reúna os Líderes e que esta Sessão seja interrompida por alguns minutos para que a Procuradoria dê um parecer a favor disso. O veto sempre foi prioridade nesta Casa, está no Regimento.

**PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB):** Obrigado, Vereador. O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna.

**VEREADOR RODRIGO MARONI (PODE):** Boa tarde, Vereadores, Vereadoras, público que nos assiste pela TVCâmara e servidores municipais. Eu subo



aqui, mais uma vez, lamentando o momento. A única coincidência nesses anos todos em que estou aqui, inclusive na mudança de Governo, é que sempre o serviço público está aqui para garantir os seus direitos. Eu subo aqui de uma forma muito breve, Ver.<sup>a</sup> Fernanda, só para pedir, na verdade, para o Presidente Valter que libere pelo menos a entrada para que todos os espaços sejam ocupados – nitidamente, está vazio aqui –, porque tem pessoas lá na rua. Eu acho importante eles participarem, até porque não tem telão lá na rua, e essas pessoas vieram até a Câmara para participar. Deve ter, seguramente aqui, olhando de cima, pelo menos mais uns 100 lugares. Peço que essas pessoas possam acessar as galerias da Câmara, uma forma democrática. Eu acho importante, Valter.

(Manifestações nas galerias.)

**PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB):** Eu peço aos senhores municipais que estão em pé que sentem, por gentileza.

**VEREADOR RODRIGO MARONI (PODE):** Eu só quero pedir, Sr. Presidente, que liberem a entrada dos servidores, que deem uma olhada, porque tem muitos lugares aqui.

**PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB):** Já pedi, Ver. Maroni, e vou lhe dizer mais uma vez que as pessoas que estão em pé que ocupem os lugares que estão vazios. Ao invés de o senhor se dirigir a mim, se dirija aos que estão em pé e peça para sentarem.

**VEREADOR RODRIGO MARONI (PODE):** Entendi. Então vamos fazer o seguinte, Alexandre: pede para o pessoal que está em pé sentar para nós termos maior nitidez aqui, para podermos lotar as galerias, lotar o plenário. Acho importante que aquele pessoal lá da porta tenha acesso, está cheio de gente querendo participar.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB):** O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna.

**VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL):** Boa tarde, senhoras e senhores, colegas municipais, público que nos assiste pela TVCâmara, Vereadores e Vereadoras, subo à tribuna, neste período de encaminhamento e agradeço aos meus colegas de bancada - Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna, nossa Líder, e Ver. Roberto Robaina -, pela oportunidade de me manifestar. Nós temos, em período de Pauta, dois projetos a serem discutidos: um deles, projeto de autoria do Ver. José Freitas, que versa sobre o regramento de alguns tributos desta Cidade, inclusive sobre o IPTU, e o IPTU tem um

projeto que está em tramitação nesta Casa Legislativa e está priorizado para votação. Nós acreditamos que é importante que neste momento já possamos fazer alguns debates para aprofundar justamente o diálogo e a interlocução entre os diferentes partidos desta Casa Legislativa, para que possamos, discutindo o projeto do Ver. Freitas, já começarmos a encaminhar o projeto do Imposto Predial Territorial Urbano que se avizinha, que está priorizado e que está aí na lista para votação.

Nós também manifestamos a nossa contrariedade em relação a essa mudança intempestiva de posicionamento do Prefeito Nelson Marchezan Júnior e dos seus representantes nesta Casa Legislativa. Havia uma combinação prévia de que os projetos que, de acordo com o Prefeito, gerariam renda para os cofres públicos municipais, aqueles que versam sobre impostos, vamos colocar na mesa, seriam votados antes do recesso. O recesso ainda não chegou, e o Prefeito muda a sua diretriz, impõe a esta Casa Legislativa, mais uma vez, a sua vontade. Creio que o Prefeito Nelson Marchezan Júnior acha que o Parlamento da cidade de Porto Alegre é uma sucursal do Executivo, que nós deveremos ceder sempre ao bel-prazer do que aquele ocupante do Paço Municipal deseja. Portanto, a nossa contrariedade e manifestação em favor da legitimidade e autonomia deste Poder, garantidas pela Constituição Federal. O Legislativo tem independência, ou deveria; o Legislativo tem autonomia, ou deveria. Ao mudar combinações, nós demonstramos claramente que há um conjunto de Parlamentares que estão aqui não a serviço da Cidade, mas a serviço daquele que ocupa o posto de Prefeito desta Cidade. Por isso a nossa contrariedade em relação a essa manobra apresentada pela Liderança de Governo na reunião de Líderes de hoje de manhã, invertendo a combinação previamente organizada.

(Manifestações nas galerias.)

**PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB):** Ver. Alex, eu vou segurar o seu tempo. Senhoras e senhores, não só não vai haver a liberação como, se for necessário, eu suspendo a Sessão e transfiro a Sessão para um local da Câmara onde os Vereadores possam votar. Eu estou pedindo aos senhores servidores que estão em pé que sentem. Em pé, é uma determinação, não vão ficar. Se houver a necessidade, eu serei obrigado – eu não desejo – a interromper a Sessão e transferi-la. Bom, eu fiz a comunicação.

(Manifestações nas galerias.)

**VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL):** Cabe lembrar, senhoras e senhores, que o Prefeito que se diz preocupado com a questão da saúde financeira desta Cidade e tenta fazer caixa com relação aos vencimentos dos seus servidores é o mesmo Prefeito que negou 20 milhões desta Casa Legislativa, que se dispôs, através da sugestão do Ver. Cassiá Carpes, a devolver os recursos que não usaríamos neste ano Legislativo para os cofres da Prefeitura. O Prefeito Nelson Marchezan Júnior e seu Vice, Gustavo Paim, disseram que abririam mão de R\$ 20 milhões, sendo R\$ 10

milhões a serem utilizados na pavimentação urbana e R\$ 10 milhões para a péssima situação encontrada pelos moradores em situação de rua. Portanto, o Prefeito que nega R\$ 20 milhões para usar na sua Cidade é o mesmo Prefeito que agora impõe a esta Casa Legislativa a sua vontade. Infelizmente, parece que consegue conquistar e cativar uma maioria de partidos para fazer seu jogo, jogando por terra a tese e a determinação constitucional de que há independência entre os poderes. Aqui, em Porto Alegre, pelo visto, não há independência, pois o Prefeito Nelson Marchezan Júnior já tem uma boa negociação com partidos que estão avalizando as suas intenções, descumprindo acordos feitos anteriormente, colocando em risco a legitimidade do processo legislativo desta Casa, como destacou o Ver. Adeli Sell, os vetos antecedem os pedidos de urgência; portanto, deveríamos estar apreciando os vetos neste momento, o veto à lei dos táxis. Grande abraço, e sigamos as nossas discussões.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB):** Obrigado, Ver. Alex Fraga.

**VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT):** Sr. Presidente, solicito que V. Exa. chame os Líderes para podermos conversar. Está muito tensa a situação na porta de entrada do plenário e na entrada da Câmara. Por favor, Presidente.

**PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB):** Obrigado, Vereadora.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o Requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna. (Pausa.)

**VEREADOR RICARDO GOMES (PP):** Sr. Presidente, há Vereadores que estão sendo impedidos de acessar ao plenário para votar, eu gostaria que V. Exa. ou estendesse o tempo da votação, ou aguardasse o retorno dos Srs. Vereadores que estão na rua tentando entrar.

**PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB):** Ver. Ricardo Gomes, foi esperado 1min30seg, não tem quórum.

**VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB):** Presidente Valter, temos Vereadores que foram impedidos de entrar. Gostaríamos de pedir uma Sessão Extraordinária, porque a Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia, o Ver. Sabino, os servidores estão bloqueando a entrada aqui. A sociedade quer que a gente trabalhe, então, os servidores têm que permitir que a gente faça o nosso trabalho.

**PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB):** Por favor, Srs. Vereadores. O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra.

**VEREADOR RICARDO GOMES (PP):** Sr. Presidente, durante o período de votação, eu vim ao microfone de apartes informar que havia Vereadores do lado de fora tentando acessar o plenário, foram impedidos de acessar o plenário por servidores. V. Exa. entendeu por dar seguimento à votação. Há Vereadores, que, após o período de votação se encerrar, estão dando testemunho no plenário de que isso ocorreu, acho que nós devemos a esses Vereadores a presunção da veracidade do que estão dizendo. E eu solicito que seja, portanto, convocada uma Sessão Extraordinária neste momento, diretamente na Ordem do Dia, com a verificação de quórum regimental, para que os Vereadores que aqui estão – e a senhora, servidora, não tem voz nesta Casa –, tendo em vista o fato que é testemunhado por diversos Vereadores que aqui estão de que foram impedidos pelo público que está do lado de fora de ingressar. Esse é o requerimento para que seja feita uma Sessão Extraordinária diretamente na Ordem do Dia. Peço a V. Exa. que faça a convocação, e quórum será dado pelos Vereadores que ingressaram no plenário. Obrigado.

**VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB):** Ver. Valter, o meu gabinete é logo atrás, estava eu e o Ver. Sabino, chegou o Ver. Maroni e o Ver. Reginaldo Pujol, não conseguimos... Saímos pela porta e não nos deixaram entrar! Esta Casa não vai ser calada, Ver. Valter! No grito não! Esta Casa é uma casa democrática e pela maioria vai decidir! Não vai ser proibido Vereador de ingressar no plenário para que nós não tenhamos Sessão! Ver. Janta, o seu lugar também é no plenário! E eu vou permanecer aqui. Aliás, solicito, Ver. Valter, que permaneçam no plenário apenas os Vereadores, porque não estamos em condições de trabalhar aqui, está cheio de assessor e servidor municipal. Por favor, vamos solicitar que permaneçam somente os Vereadores.

**PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB):** (Após a apuração nominal.) 11 votos **NÃO**. Declaro nula a votação por falta de quórum deliberativo.

Srs. Vereadores, eu já ouvi e quero informar aos senhores do seguinte: o que o Presidente precisa garantir é a prerrogativa que o povo deu aos Vereadores de poder votar com autonomia e com independência. Além disso, o Presidente se atém somente ao Regimento da Casa. No Regimento da Casa, 1min30seg é o tempo da abertura do painel. Portanto, em tese e ordinariamente, o que se deve fazer é respeitar este tempo. Porém, não é possível que se aceite a ideia de que Vereadores não puderam chegar no plenário, nesses 1min30seg, porque foram impedidos. E, me desculpem, Srs. Vereadores, com respeito a todos, eu parto do pressuposto de que o Vereador tem fé pública.

Então, diante disso, com a mesma autonomia e com a mesma independência, eu declaro o encerramento da Sessão.

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 15h18min.)

\* \* \* \* \*